



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



Processo nº: 23.278/14

Jurisdicionada: Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU

Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE

Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT

Advogados: Dr. Herman Barbosa (OAB/DF nº 10.001), Dr^a. Lise Reis Batista de Albuquerque (OAB/DF nº 15.038), Dr. Leandro Oliveira Alves (OAB/DF nº 25.014)

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada, por conversão determinada pelo Tribunal (Decisão nº 3.474/14-CMA, exarada no Processo nº 13.265/12), para apurar potencial prejuízo decorrente dos contratos emergenciais firmados pelo Serviço de Limpeza Urbana nos exercícios de 2006 a 2011, bem como a regularidade da execução dos Contratos nºs 26 e 27/10.

Autorização para citação dos responsáveis (Decisão nº 3.474/14-CMA). Apresentação de alegações de defesa.

Procedência de algumas respostas, procedência parcial de outra e improcedência das demais, com aplicação de multa (Decisão nº 376/18-CMA e Acórdão nº 21/18).

Interposição de Recursos de Reconsideração por vários responsáveis.

A Instrução sugere o conhecimento dos apelos, no efeito suspensivo, e a concessão de prazo para que seja regularizado o vício constatado na representação processual.

DECIDO de acordo com o Corpo Técnico, tendo em vista que as peças recursais também foram subscritas pelos responsáveis.

DESPACHO SINGULAR Nº 265/2018 – GCPM

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada, por conversão determinada pelo Tribunal (Decisão nº 3.474/14-CMA, exarada no Processo nº 13.265/12), para apurar potenciais prejuízos decorrentes dos contratos emergenciais firmados pelo Serviço de Limpeza



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



Urbana nos exercícios de 2006 a 2011, bem como a regularidade da execução dos Contratos nºs 26 e 27/10.

2. Por meio da mesma deliberação, a Corte autorizou a citação dos envolvidos para apresentar alegações de defesa.

3. As respostas oferecidas foram apreciadas na Sessão de 8.2.2018, ocasião em que a Corte, acolhendo Voto do Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, exarou a Decisão nº 376/18 (fls. 2720/2721), **in verbis**:

DECISÃO Nº 376/18 (CMA)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) das defesas e documentos anexos encaminhados pelos responsáveis citados no § 3.1 da Informação nº 177/2016-SECONT/3ª DICONT, bem como dessa informação e da instrução do diretor da 3ª DICONT e dos documentos anexados aos autos pelo Ministério Público; b) do Ofício nº 590/17-DIGER/SLU, às fls. 2.464/2.465, do Ofício SEI-GDF nº 74/18-SEPLAG/GAB e dos documentos anexos, às fls. 2.647/2.681, bem como do documento encaminhado pela representante da empresa Valor Ambiental Ltda. às fls. 2.644/2.645; II – determinar a cisão dos autos em feitos apartados, com a extração de cópia dos documentos necessários, considerando a natureza dos achados e os contratos correlacionados, consoante §§ 36 e 37 da cota do diretor da 3ª DICONT; III – sobrestar o julgamento dos feitos abertos, relacionados com os contratos emergenciais baseados na Concorrência nº 39/00 até o deslinde da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4; IV – considerar, relativamente às defesas: a) procedentes as alegações: a.1) apresentadas pelos responsáveis Maria de Fátima Ribeiro Có, Divino Dias de Santana, Juliane Berber, Delta Construções S.A. Valor Ambiental Ltda. Qualix Serviços Ambientais e Artec Ltda. quanto aos Achados 1, 4, 6, 7 e 10, relativamente aos ajustes baseados na Concorrência nº 03/07 ou em seu projeto básico, Contratos nºs 14, 19, 21, 23, 32, 33 e 35/2009 e Contratos nºs 26 e 27/10; a.2) acostadas pelo Sr. Carlos Vitor Duboc Bahia, Sra. Zélia Maria de Andrade Santana e Sérgio Mesquita de Ávila Filho, relativamente ao Achado 2, Contratos nºs 26 e 27/10; a.3) apresentadas pela Sra. Célia Maria Santos Pessoa, pelo Sr. Eurípedes Carvalho da Silva e pela empresa Delta Construções S.A. quanto ao Achado 3 – Pagamentos por serviços não executados nos Contratos nºs 26 e 27/10; a.4) expostas pelo Sr. José Leonardo dos Santos; b) parcialmente procedente a defesa apresentada pelo Sr. Pedro Luiz Rennó quanto ao Achado 2; c) improcedentes as defesas apresentadas pelos responsáveis Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Eurípedes Carvalho da Silva, Expedito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



Apolinário Silva, Francisco Silva Santos, Luiz Carlos Figueiredo da Silva, Marta Rosane Cabral, Vanda Alves da Rocha e Delta Construções S.A. referentes ao Achado 2 (Falhas na fiscalização e execução dos Contratos nºs 26 e 27/10), que resultaram no pagamento de parcelas de serviços sem a devida disponibilização dos mesmos pela contratada; V – nos termos do artigo 13, § 1º, da LC nº 1/94, cientificar a empresa Delta Construções S.A. para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolha aos cofres distritais o débito apurado nos autos, no valor de R\$ 5.105.521,40, atualizado até maio de 2016, que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento; VI – com fulcro no art. 17, inciso III, alínea “b”, da LC nº 01/94, julgar irregulares, sem imputação de débito, as contas dos Srs. Pedro Luiz Rennó, Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Eurípedes Carvalho da Silva, Expedito Apolinário Silva, Francisco Silva Santos, Luiz Carlos Figueiredo da Silva, Marta Rosane Cabral, Vanda Alves da Rocha e Eurípedes Carvalho da Silva, por terem se omitido em verificar se os termos e condições estipuladas nos Contratos nºs 26 e 27/10 estavam sendo observados na execução desses contratos, conforme condutas descritas nas tabelas 9/12 do relatório de auditoria, que originou o feito em exame (cópia às fls. 45/48); VII – aplicar, com esteio no art. 57, incisos II e III, da LC nº 01/94, multa individual de R\$ 6.102,23 (seis mil cento e dois reais e vinte e três centavos) aos responsáveis indicados no item anterior, à exceção do Sr. Pedro Luiz Rennó, o qual deve ser aplicada a multa de R\$ 3.051,11 (três mil e cinquenta e um reais e onze centavos); VIII – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; IX – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU que promova a glosa do crédito devido à empresa Delta Construções S.A. se ainda houver, até o montante suficiente para garantir o ressarcimento do prejuízo ao erário apurado nos autos em exame, observados o devido processo legal e a ampla defesa, informando a esta Corte as providências adotadas; X – dar ciência desta decisão aos interessados; XI – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis, inclusive a autuação de feitos apartados, nos termos do item II retro.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.”

4. Em decorrência do decidido, foi expedido o Acórdão nº 21/18 (fl. 2722).

5. Irresignados, os Srs. Eurípedes Carvalho da Silva, Francisco Silva Santos, Pedro Luiz Rennó, Expedito Apolinário Silva, Daniel Pereira



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



Rocha, Delival Lemos de Souza, Luiz Carlos Figueredo da Silva e Vanda Alves da Rocha interpuseram, respectivamente, os Recursos de Reconsideração de fls. 2751/2753, 2754/2755, 2760/2762 e 2765/2773.

6. Nesta fase examina-se a admissibilidade das peças recursais.

7. O Corpo Técnico sugere o conhecimento dos recursos interpostos e determinação ao Dr. Leandro Oliveira Alves (OAB/DF nº 25.014) para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, o instrumento de outorga que o legitima a postular em nome dos Srs. Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Luiz Carlos Figueredo da Silva e Vanda Alves da Rocha (Informação nº 44/2018 – SECONT, fls. 2776/2778).

8. Apesar de não haver nos autos procuração concedida ao advogado para representar os mencionados responsáveis, estes também subscreveram os apelos, o que permite a análise de admissibilidade.

9. Assim sendo, constatando-se que os recursos são cabíveis, foram interpostos tempestivamente, há interesse em recorrer e as partes são legítimas, não há qualquer óbice em conhecê-los e em estabelecer prazo para correção da falha apontada.

10. Por fim, ressalta-se que a hipótese de reforma da deliberação atacada não influencia quanto aos demais responsáveis, razão pela qual é dispensável notificá-los para apresentar contrarrazões.

Em face do exposto, DECIDO:

a) conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Eurípedes Carvalho da Silva (fls. 2751/2753), Francisco Silva Santos (fls. 2754/2755), Pedro Luiz Rennó (fls. 2760/2762) e, em conjunto, pelos Srs. Expedito Apolinário Silva, Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Luiz Carlos Figueredo da Silva e Vanda Alves da Rocha (fls. 2765/2773), em face da Decisão nº 376/18 e do Acórdão nº 21/18, conferindo efeito suspensivo no que tange aos responsáveis, nos termos do art. 34 da Lei Complementar nº 1/94 c/c o art. 285 do Regimento Interno desta Corte;

b) conceder o prazo de 15 (quinze) dias ao Dr. Leandro Oliveira Alves (OAB/DF nº 25.014) para apresentar, se tiver



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3



interesse de representar os Srs. Daniel Pereira Rocha, Delival Lemos de Souza, Luiz Carlos Figueredo da Silva e Vanda Alves da Rocha e de receber as comunicações a que se referem o art. 165, § 1º do Regimento Interno desta Corte, o instrumento de procuração que o legitime, conforme determina o art. 104, § 1º do Código de Processo Civil;

c) dar ciência do teor deste despacho aos Recorrentes e ao Dr. Leandro Oliveira Alves (OAB/DF nº 25.014);

d) autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências devidas.

Brasília (DF), 22 de maio de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

DIGITALIZADO